

# REFLEXÕES SOBRE O OBJETO COMO DOCUMENTO: A GRAVATA PRETA DE LISTRAS AMARELAS DO POETA CASTRO ALVES

Alzira Queiroz Gondim Tude de Sá (Universidade Federal da Bahia)  
Saionara Costa dos Anjos (Universidade Federal da Bahia)

## 1 INTRODUÇÃO

Desde movimentos que resultaram na mudança e ampliação do conceito de documento, sobretudo nas Ciências Sociais Aplicadas, que é possível perceber-se reflexos em diversas áreas do conhecimento, mudanças que abriram precedentes para que as fontes de pesquisa se ampliassem. Na Arquivologia, o conceito de documento assume um valor probatório, atrelado a atividades administrativas, mas é possível esclarecer que essa visão ligada apenas aos suportes tradicionais pode ser revista.

Nesse sentido, Terry Cook (2012, p. 4) advoga que “O papel da ciência arquivística em um mundo pós-moderno desafia arquivistas, em todos os lugares, a repensar sua disciplina e prática. Uma profissão enraizada no positivismo do século XIX, para não dizer em diplomática anterior”. Ademais, as reflexões acerca do documento arquivístico e seu potencial informativo, cultural e memorial, desperta reflexões sobre uma nova compreensão tipológica, uma vez que em seu conceito mais abrangente, seus registros podem ser escritos, iconográficos, digital, eletrônico, ou de outra natureza, como podemos citar os objetos tridimensionais, muito comuns nos acervos pessoais.

Partindo dessas premissas, este trabalho resulta de um estudo sobre o arquivo pessoal de Castro Alves, justificado pelo valor agregado à sua vida e obra, cujas marcas se espalham por cidades, nome de ruas, praças, estátuas, colégios, entre outros. O citado acervo, abrigado no Parque Histórico Castro Alves, em Cabaceiras do Paraguaçu, foi eleito universo da pesquisa, tendo como recorte a gravata amarela com listras pretas, uma das peças do acervo.

Diante disso, procurou-se responder à questão norteadora deste estudo: Podem os objetos tridimensionais serem considerados documentos arquivísticos? A gravata do poeta Castro Alves pode ser considerada fonte de informação e memória? Considerando essas indagações, este trabalho objetiva demonstrar que os objetos podem ser considerados documento de arquivo, em especial dos arquivos pessoais, e que a gravata do poeta pode ser considerada fonte de informação e memória.

No que concerne ao referencial teórico, apresenta uma breve discussão sobre o conceito de documento e suas mudanças a partir de Otlet, Briet e *École des Annales*, discorre sobre os acervos pessoais, enfatizando o interesse despertado como fonte de informação, além do acolhimento de tipologias nas quais os objetos são incluídos. Traz dados biográficos de Castro Alves, aspectos históricos do Parque Histórico, momento em que uma “visita” ao lar do poeta é realizada e são apresentadas as tipologias documentais. Analisa e discorre sobre o contexto e o simbolismo atrelados à gravata do poeta e tangencia questões sociais que definiam o seu uso por determinada classe social e em determinadas ocasiões, legitimando, assim, sua presença no arquivo e, portanto, o seu reconhecimento como fonte de informação e suporte memorialístico no contexto arquivístico.

## 2 O DOCUMENTO: DAS CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS À ARQUIVOLOGIA

Deve-se à *École des Annales* o início dessas mudanças que fortaleceram as diversas fontes de pesquisa e abriu precedentes para estudos sobre a ampliação do conceito de documento. Esta Escola possibilitou uma verdadeira evolução metodológica, e também desencadeou um movimento de renovação historiográfica. A partir das concepções trazidas pelo movimento e fortalecidas posteriormente pela revista dos *Annales*, houve um intenso desenvolvimento da área da Comunicação, fundamental para os historiadores, que ampliou a noção de documento já naquela época, passando a compreender jornais, revistas, fotografias, gravuras, periódicos, e etc. A abertura proposta pelo Movimento dos *Annales* trouxe-nos novas reflexões acerca não apenas da conceituação de documento e a possibilidade da inclusão dos objetos nessa perspectiva, como

também nos permitiu pensar as maneiras que os usamos como fontes de informação.

Não se pode omitir que, dentre os estudiosos que contribuíram para a evolução dessa discussão acerca do documento e suas possibilidades, podemos destacar Otlet, e sua obra o *Traité de la documentation*, publicada em 1934, que projetou o documento a uma visão menos tradicional. Para o autor a Documentação, seria a ciência capaz de garantir o acesso à informação e ao conhecimento independente do suporte, dessa forma Otlet afirma que o termo genérico (*bibliion* ou bibliograma ou documento) cobriria todos os tipos de documentos: volumes, folhetos, revistas, artigos, cartas, diagramas, fotografias, estampas, discos e filmes. Otlet (1996, p. 43).

Posteriormente suas ideias foram aprofundadas por Suzane Briet, em 1951, ao afirmar que o documento seria uma prova de apoio a um fato, desta forma a sua abrangência teria um alcance maior. Na sua perspectiva, o documento é “todo indício, concreto ou simbólico, conservado ou registrado, com finalidade de representar, reconstruir ou provar um fenômeno físico ou intelectual” (BRIET, 1951, p.7). Esse debate proporcionou a ampliação e a visibilidade de diversos suportes em diferentes centros de disseminação, como arquivos, bibliotecas e museus, fortalecendo a ampliação do conceito de documento, e nos permitindo incluir o objeto como fonte de informação e memória.

Muito do que se discute em outras áreas do conhecimento são advindos das ciências sociais aplicadas, sendo assim, não podemos dissociá-la das reflexões arquivísticas, principalmente quanto a conceituação de documento e sua abrangência aos objetos, peças comuns em acervos pessoais como o do Poeta Castro Alves tratado nesse estudo.

Através dessa perspectiva que buscou caracterizar o documento em função do seu potencial informacional, fato que ampliou o ponto de vista para as demais áreas do conhecimento, na seara da Arquivologia, Belloto (2006, p. 35) aponta que o documento expõe a funcionalidade e capacidade humana de registrar informações em diferentes suportes, englobando diferentes tipologias, como expressa:

[...] documento é qualquer elemento gráfico, iconográfico, plástico ou fônico pelo qual o homem se expressa. É o livro, o artigo de revista ou jornal, o relatório, o processo, o dossiê, a carta, a legislação, a estampa, a tela, a escultura, a fotografia, o filme, o disco, a fita magnética, o objeto utilitário etc. Enfim, tudo que seja produzido por motivos funcionais, jurídicos, científicos, culturais ou artísticos, pela atividade humana.

Nessa linha de pensamento, podemos observar que assim como Otlet, Belloto não se ateu aos documentos manuscritos. O Arquivo Nacional (2005, p. 27), define arquivo como “o conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independentemente da natureza do suporte”. Percebe-se que destaca o documento sem distinção de suporte, sendo possível a inserção de objetos nesse campo.

Refletindo sobre essa discussão teórica, é possível notar suas diferentes nuances, que vão desde a visão mais atrelada ao suporte de papel, às novas percepções sobre o tema, visto que há uma grande variedade documental existente dispostas em arquivos escolares, jurídicos, pessoais e etc, que nos permite incluir objetos tridimensionais nesse contexto. Cabe salientar que, no presente estudo, convencionou-se adotar o termo objeto tridimensional ao se referir, sobretudo, a gravata do poeta Castro Alves, pois se trata de um objeto desprovido de linguagem, signos, que os represente, tal como escritos, imagens ou sons. No entanto, esse objeto possui um contexto de acumulação que colabora para atribuição do seu *status* documental. Seguindo essa ótica, (PAES, 2004) evidencia que o documento de arquivo, é aquele que possui caráter de prova ou informação, aquele produzido e/ou recebido por uma pessoa física no decurso de sua existência. A partir dessa reflexão podemos inferir que os documentos vão além de uma função puramente administrativa e abre espaço para o pensamento pós-moderno defendido por Terry Cook (2012, p. 74), que afirma que os Arquivistas, frente aos desafios pós-modernos devem “repensar sua disciplina e prática”. Dado que a Arquivologia lida com documentos de variados suportes, gêneros e tipos, inclusive os digitais.

Sem dissociarmos os conceitos já elencados, essa ambiguidade presente nas discussões nos oferece novos olhares, nos dias atuais, por exemplo é notório o crescimento dos arquivos pessoais, arquivos fotográficos, de engenharia, dentre outros. A eclosão desses tipos de arquivo só reforça a ampliação e difusão do conceito de documento que ao ir além do suporte tradicional, contribui de maneira direta para o distanciamento da ideia custodiadora de papéis de cunho administrativo.

Ao discorrer sobre os diversos conceitos de documento, nos propomos, justamente, a focar na perspectiva trazida por Terry Cook (2012, p. 125) de que os documentos arquivísticos deixem de ser vistos apenas como objetos estáticos. Os conceitos sobre eles são dinâmicos, por serem agentes ativos, sobretudo na formação da memória humana e organizacional, entendendo-os como elementos de disseminação e preservação da cultura. Nesse ponto podemos destacar o quanto os arquivos pessoais valorizam essa

visão de preservação e disseminação da memória, ao criam uma articulação com o passado, com o sujeito e a sociedade.

### 3 ARQUIVOS PESSOAIS: SOCIEDADE, HISTÓRIA E MEMÓRIA

O interesse pelos arquivos pessoais passou a ser valorizado a partir da segunda metade do século XX, impulsionado pelo avanço da Historiografia, conforme aponta Assis (2009), quando relembra que foi esse um período em que afluíram o desenvolvimento da História Cultural, que acabou por redefinir o conceito de documento, atentando para uma micro-história, para o foco na temática da vida privada, do cotidiano, gênero, marginais, das representações e da cultura material.

No Brasil, as primeiras iniciativas para preservação dos arquivos pessoais/ privados surgiram em 1973, com a criação do Centro de Pesquisa e Documentação Histórica, o (CPDOC), uma iniciativa da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Esse Centro acabou se tornando um modelo para outras instituições nos anos seguintes, no entanto, esse panorama só se modificou anos mais tarde, com a promulgação da lei 8.159/91, a Lei de Arquivo, que trouxe uma definição mais específica de arquivo privado/ pessoal, definindo-os como “conjunto de documentos produzidos e recebidos por pessoas físicas ou jurídicas, em decorrência de suas atividades”. (BRASIL, 1991). No contexto arquivístico essa valorização refletiu no aumento do interesse por esse tipo de arquivo, considerando sobretudo, os aspectos que destacam a memória e a subjetividade dos sujeitos. Britto e Corradi (2017) afirmam que “os documentos de arquivo de uma personalidade pública, por serem de caráter íntimo e distante de regras baseadas no direito administrativo, forneciam informações secretas ao público e que não estariam explícitos em documentos oficiais”.

Dentro dessa ótica podemos citar um bom exemplo da aplicação prática desses conceitos, o acervo pessoal do ex presidente Fernando Henrique Cardoso, abrigado na Fundação FHC, onde é possível encontrar uma gama diversificada de documentos, incluindo uma pedra que foi atirada contra ele em um evento oficial. Tal artefato tornou-se um documento cheio de simbolismo por remeter ao fato ocorrido em 1995, na cidade de Campina Grande, Paraíba. Diante do contexto exposto podemos inferir que o acúmulo desses objetos demonstra um aspecto característico e de fato diferenciado das tipologias presentes nos acervos pessoais, que mesmo fugindo da perspectiva custodiadora, contribuem para um processo de rememoração do sujeito, num universo povoado tanto por textos quanto por “coisas” palpáveis, que posteriormente darão suporte à memória tanto individual quanto coletiva.

Em vista disso, essa pesquisa foi desenvolvida com a expectativa de ampliar a visibilidade do legado do Poeta dos escravos, Castro Alves, através do seu acervo considerando as múltiplas articulações e ressaltando que através desses documentos seria possível identificar informações não oficiais além de proporcionar uma abordagem ampla e ressignificativa sobre sua vida. Nesse ponto, Meneses (1998), afirma que falar sobre os documentos pessoais nos obriga a refletir sobre o indivíduo nos registros materiais, despertando características importantes da cultura material como a representação identitária do sujeito. Assim sendo, os objetos tridimensionais ou especiais tornam-se portadores de memórias, resgata lembranças e nos aproxima do passado, além de favorecer o resgate cultural que nos permite variadas interpretações.

Partindo dessa premissa, é possível observarmos que dentro da seara dos acervos pessoais, tais documentos materializam as relações sociais, familiares, emocionais, políticas, predileções e posicionamentos de figuras importantes no desenvolvimento do país, somadas ao valor que é agregado a cada legado documental. Como reforça Terry Cook (1998), os arquivos pessoais são considerados uma espécie de monumentalização proposital do próprio indivíduo. Porém, quando levantamos questões sobre algumas coleções, constatamos que muitas vezes elas nascem de maneira tão natural que fogem a esses parâmetros.

#### **4 CASTRO ALVES: O HOMEM, A HISTÓRIA E A MEMÓRIA**

Na perspectiva de fortalecimento da contribuição do poeta dos escravos para a memória social, focamos em nosso objeto de estudo, a gravata amarela de listras azuis de Antônio Frederico de Castro Alves. Inicialmente descrevemos um pouco de sua história de vida e como procedemos para responder as perguntas que nortearam esse estudo.

Para adentrarmos na curta vida do poeta Castro Alves, recorreremos as obras de seus principais biógrafos, Afrânio Peixoto e Pedro Calmon. Os feitos e conquistas realizados em vida por Antônio Frederico de Castro Alves renderam-lhe a alcunha de ‘O poeta dos escravos’. Filho do Dr<sup>o</sup> Antônio José Alves e Dona Clélia Brasília da Silva Castro, sua vida foi iniciada na pequena cidade do Recôncavo da Bahia, em 14 de março de 1847, na Fazenda Cabaceiras, hoje município de Cabaceiras do Paraguaçu, antigo distrito de Muritiba, distante poucos quilômetros da cidade de Curralinho, que se tornou a cidade de Castro Alves.

Desde muito novo já demonstrava seu potencial com as letras, além de se destacar por seu comportamento afável. Seus primeiros versos surgiram ainda na escola com assuntos sobre a vida acadêmica, evoluindo para

conteúdos patrióticos e conforme ia amadurecendo, percebia-se sua evolução nos primeiros poemas que passaram a abordar temas comuns da época de maneira bastante incisiva e crítica. Em 1863, seus primeiros versos abolicionistas surgiram no jornal acadêmico da Faculdade de Direito. Já nessa época o poeta demonstrava indícios de que sua saúde estava abalada, mas, ainda assim, seus colegas o descreviam como uma criatura orgulhosa e muito preocupado com sua aparência.

Dentre outras características marcantes de sua breve vida, os biógrafos evidenciam a vida boêmia, muitos amores os quais foram inspiração para muitas de suas obras e também derrocada, pois em consequência do fim de seu romance com Eugênia Câmara, o jovem Castro Alves, fragilizado com o acontecido: “não lia, não escrevia, passeava, fumava, saía a caça, sem disparar sequer um tiro” (PEIXOTO, 1942, p. 36). Em novembro de 1868, nos arredores do Bairro do Braz, saiu a caçar e ao saltar uma vala a espingarda, com o cano voltado para baixo, disparou um tiro acidental em seu pé esquerdo. Em decorrência do agravamento de antigos padecimentos pulmonares e também da ferida causada pelo tiro, que resultou na amputação do membro, em 6 de julho de 1871, no Palacete do Sodré no seio da família, com apenas 24 anos, finda-se a vida do poeta Castro Alves.

Antônio Frederico de Castro Alves torna-se um imortal, lembrado por suas obras de expressão forte, como “Cachoeira de Paulo Afonso”, o “Gonzaga”, “Navio Negreiro” e tantas outras que demonstravam sua coragem e sobretudo, sua luta em favor dos escravos. O legado do poeta foi acolhido por sua irmã Adelaide de Castro Guimarães, que se tornou a principal cultora, ajudando a perpetuar a memória do seu querido Cecéu. Foi nessa perspectiva de manter vivos seus feitos que nasceu o Parque Histórico Castro Alves, um lugar de memória destinado a preservar a história do poeta e também o universo dessa pesquisa.

O lar do poeta é uma iniciativa que visa não só a preservação do patrimônio cultural, como também das reservas naturais do seu entorno, e caracteriza-se como um Centro de Documentação que promove eventos relacionados à vida e obra do poeta e nele é possível ter acesso ao acervo composto por quadros, fotografias, cartões-postais, livros, indumentárias, adornos pessoais, utensílios domésticos, artes visuais, manuscritos, publicações relacionadas a sua obra, objetos pertencentes à família Castro.

## 5 UMA VISITA AO LAR: MODO DE PROCEDER

Foi em seu *lar* que contemplamos o universo e o objeto dessa pesquisa, o Parque Histórico Castro Alves e seu acervo que abarca mais que documentos

tradicionais como já expomos e de onde escolhemos o recorte para análise, a gravata amarela de listras pretas. Tal escolha visa ampliar a discussão acerca do modelo arquivístico tradicional observando as diferenciadas tipologias encontradas no acervo analisado, demonstrando a possibilidade de agregar-lhe o *status* de documento arquivístico tridimensional.

Esta é uma pesquisa de natureza aplicada e classifica-se, quanto aos seus objetivos como descritiva e exploratória, conforme aponta Pradanov e Freitas (2013, p. 52) pois, “registra e descreve os fatos observados sem interferir neles. Visa descrever características de determinada população ou fenômeno [...]. Envolve o uso de técnicas padronizadas de coleta de dados: questionário e observação”, e como exploratória, pois segundo Severino (1941, p. 123) “busca levantar informações sobre determinado objeto, delimitando assim um campo de trabalho, mapeando as condições de manifestação desse objeto”, investigando e obtendo dados que proporcionem a identificação de fatores que contribuam para a confirmação dos elementos aqui observados.

Dentre os instrumentos de pesquisa utilizados para o desenvolvimento do trabalho, foi pertinente o uso da observação direta intensiva, que é realizada através de observação e entrevista, neste caso realizada no Parque Histórico Castro Alves, com a coordenadora Diogenisa D’ Oliva e a museóloga Gilvana Velôncio. Os dados obtidos na entrevista contribuíram para o desdobramento dessa pesquisa.

Ademais, a pesquisa também possui abordagem qualitativa, pois de acordo com Pradanov e Freitas (2013, p. 70) visa considerar o “vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números”. Nossa fundamentação teórica apoiou-se em pesquisas em livros, periódicos e demais artigos científicos abrigados em sítios na internet, com foco em levantar um breve debate acerca dos objetos tridimensionais na conjuntura arquivística, e características que possam evidenciar o aspecto memorialístico desses documentos.

## **6 A GRAVATA DO POETA: UMA DISCUSSÃO SOBRE SEU SIMBOLISMO E CONTEXTO NO ARQUIVO**

Foi dentre as peças que compõe o acervo do Parque, que nossa atenção foi voltada para uma das poucas peças de uso pessoal do poeta Castro Alves, aquela que sobreviveu ao tempo e à sua trágica morte e que neste trabalho foi escolhida como recorte. Esta gravata teve destaque, sobretudo, por se tratar de um documento tridimensional que transcende a ideia inicial para o qual foi criado.

O uso dos objetos como documento e fonte de informação vem sendo utilizado pelos arquivos, especialmente por arquivos que dispõem de acervos pessoais. Além de se transformar num suporte de memória, o seu potencial histórico é capaz não só de revelar fatos e acontecimentos, como viabiliza a criação de narrativas, não apenas dos sujeitos, como da realidade social da época, trazendo uma espécie de intermediação do sujeito com o mundo. Sabemos que na área arquivística, entender esses documentos não é uma tarefa simples, visto que não possuem linguagem que possibilite uma fácil leitura. Conquanto, para que sua presença seja justificada no arquivo é preciso conhecer o produtor/acumulador do acervo para se estabelecer elos que contextualizem sua trajetória no conjunto documental.

A transitoriedade que permeia o objeto abre possibilidades para sua inclusão nos arquivos, como afirma Meneses (1980). O autor o chama de “documento involuntário”, nascido sem a função primária de registrar uma informação, mas que apesar disso tende a transmitir algo. Já Camargo (2013, p. 15), contrapondo-se afirma que “o sentido de determinados objetos, no arquivo, depende exclusivamente dos elementos textuais que lhes são associados”. Ao lançarmos um olhar sobre os documentos, e revendo as ideias de Otlet, que não limita o conceito de documento apenas aos registros escritos como fonte de informação, e ao que advoga Sá (2019, p. 29) quando afirma que historicamente “a imagem fotográfica foi utilizada nas atividades científicas, policiais e jornalísticas e também como prova e testemunho”, podemos considerar que a escolha da gravata do poeta, como recorte desta pesquisa, faz sentido.

Como já citado, Castro Alves mostrava-se vaidoso e preocupado com sua aparência. No contexto em que vivia, o uso das gravatas como complemento da indumentária masculina, resvalava qualidades e *status* de quem as usava, não só o seu uso como o tipo, as cores. Destaca-se a preferência do poeta pelas cores vibrantes nas gravatas que usava, o que refletia seu espírito jovem, e revolucionário. Feita de seda francesa, sem forro, num tom de amarelo com listras pretas, transversais, a gravata tem 9 cm de largura por 90 cm de comprimento. As cores eleitas pelo poeta podem ser vistas como uma demonstração de aspectos da vida agitada, que a usava não apenas em função de sua formação em Direito, o que era uma prática, mais porque demonstrava seu cuidado com a aparência, uma característica da sua personalidade.

Fortalecendo essa perspectiva histórica, a fotografia do poeta Castro Alves usando a gravata e o recorte de jornal de uma reportagem feita pelo jornal *A Tarde*, que retrata a doação ao acervo do Parque Histórico Castro Alves, corroboram com a premissa proposta por autores aqui citados que alegam a

necessidade de elementos concretos, palpáveis que justifiquem a presença de objetos tridimensionais no arquivo. Além da visão memorialística que se pode construir através dela, seja pelo simbolismo do uso da gravata, a sua representação dá mostra do contexto sociopolítico, cultural ou econômico da sociedade do tempo vivido pelo poeta.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A tentativa de atestar a funcionalidade existente entre o documento, o objeto e o acervo pessoal se mostrou possível nesta pesquisa após a análise dos dados e das leituras realizadas para esse fim. As discussões acerca do tema abordado ampliam a visão das possíveis composições dos acervos arquivísticos nos remetendo a uma reflexão sobre as diferentes tipologias encontradas nos arquivos pessoais, destacando os documentos arquivísticos tridimensionais, como no exemplo utilizado na presente pesquisa.

Ressalta-se que os objetos tridimensionais se transfiguram em documentos, mas em condições específicas, ou seja, nem todo objeto será considerado documento, pois serão somados a eles um contexto que lhes garantirá o atributo de documento arquivístico, como buscamos ilustrar seguindo os preceitos da área, considerando também os elementos memorialísticos que marcaram a história do poeta Castro Alves. Assim, foi possível constatar nesse estudo, que poucos são os impedimentos para que a gravata possa ser considerada um documento arquivístico tridimensional, sobretudo quando pensamos sobre seu importante papel como representação da realidade social do sujeito ao qual pertenceu, bem como a sua inclusão no âmbito da arquivística por conta de seu contexto de acumulação, sua carga histórica, e a possibilidade de resgate da memória individual ou coletiva o que nos leva a crer no papel social que os arquivos devem se desempenhar.

Chegamos ao fim da jornada com mais clareza sobre as questões levantadas. Com respostas, mesmo que provisórias. Com mais convicção sobre a validade dos objetos tridimensionais como documento nos arquivos pessoais. Chegamos a estas conclusões assim como a certeza da impossibilidade de que um trabalho de pesquisa como esse, possa abarcar todo o conhecimento sobre o assunto.

## REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL (BRASIL). **Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. 230 p.

ASSIS, A. **Um lampião dentro da mala: O Arquivo Pessoal de Octávio Pacheco- memória e autobiografia**. 2009. 264 p. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Federal de São João Del Rei, 2009.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes**: tratamento documental. 4º ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006, 320p.

BRASIL. Lei 8.159, de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do 60 Brasil**, Brasília, DF, 8 jan. 1991. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8159.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8159.htm). Acesso em: 11 jan. 2019.

BRITTO, A. C. L.; CORRADI, A. Considerações teóricas e conceituais sobre arquivos pessoais. **Ponto de Acesso**, Salvador, v. 11, n. 3, p. 148- 169, dez. 2017. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/22745> . Acesso em: 9 jan. 2019.

CAMARGO, A. M. de A. Sobre espécies e tipos documentais. In: **DAR NOME aos documentos: da teoria à prática**. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2013. p. 14-31. Disponível em: [http://fundacaofhc.org.br/files/dar\\_nome\\_aos%20documentos.pdf](http://fundacaofhc.org.br/files/dar_nome_aos%20documentos.pdf). Acesso em: 19 jan. 2019.

COOK, Terry. A ciência arquivística e o pós-modernismo: novas formulações para conceitos antigos. **CID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, v. 3, n. 2, p. 3-27, 2012.

COOK, T. Arquivos pessoais e Arquivos institucionais: para um entendimento arquivístico comum da formação da memória em um mundo pós- moderno. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 129-150, jul. 1998. ISSN 2178- 1494. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2062>. Acesso em: 5 jan. 2019

MENESES, U. T. B. de. Memória e cultura material: documentos pessoais no espaço público. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 89-104, jul. 1998. ISSN 2178-1494. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2067/1206>. Acesso em: 23 jan. 2019.

OTLET, Paul. **Traité de documentation**: le livre sur le livre: théorie et pratique. Bruxelles: Editions Mundaneum; Palais Mondial; Imp. Van Keerberghen & fils, 1934. 431 p.

PAES, M. L. **Arquivo**: teoria e prática. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. 228 p.

PEIXOTO, A. **Castro Alves**: o poeta e o poema. São Paulo: Companhia Editorial Nacional, 1942. (Brasília-Biblioteca Pedagógica Brasileira, 212). Disponível em: <https://bdor.sibi.ufrj.br/bitstream/doc/296/1/212%20PDF%20-%20OCR%20-%20RED.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2019.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. Disponível em:

<http://www.feevale.br/Comum/midias/8807f05a-14d0-4d5b-b1ad-1538f3aef538/Ebook%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2019

SÁ, A. Q. G. T. de. **Mediação fotográfica revela o lugar de intimidade: a casa de Jorge Amado**. Salvador: EDUFBA, 2019. 319 p.